

dos elementos primordiais da obra da Liga, não falando no proveito que resulta da troca dele com outras publicações congêneres; só a força das circunstâncias levou o Conselho Geral a suspender a publicação do *Boletim*.

Instrução

Manteve, porém, o conselho o curso de pilotagem. Dos alunos que o frequentaram no ano lectivo de 1910-1911, fizeram exames na Escola Naval 8, sendo 4 do 1.º ano e 4 do 2.º ano, do curso elementar, obtendo aprovação 8, cumprindo observar que, além da instrução gratuita, esses alunos receberam da Liga o subsídio para o pagamento das propinas de exame.

No actual ano lectivo, 1911-1912, matricularam-se no 1.º ano do curso de pilotagem 39 alunos, e no 2.º ano 5.

É para sentir que o curso de armamentos marítimos, tam proficientemente regido em anos anteriores pelo nosso consócio o Sr. José Francisco da Silva, não lograsse obter as condições em que elle seria aproveitado, e por isso não pudesse funcionar no actual ano lectivo.

Ultimamente o Conselho Geral aceitou uma proposta para o estabelecimento no edificio da Liga dum curso de ginástica médica, para cuja instalação contribuiu, e que está sendo muito concorrido.

Subsídios e socorros

Sempre dentro das apertadas condições já aludidas, continuou o conselho geral a subsidiar, pôsto que em menor quantia, a Missão de Propaganda do Norte, a que se faz larga referência no anterior relatório. Igualmente continuou o subsídio à benemérita Societé de Oeuvres de Mer, a qual nunca deixa de pôr em relêvo, nos seus relatórios, este concurso que anualmente recebe de Portugal.

Também o Conselho Geral concorreu com a quantia de 100\$000 réis para a subscrição aberta a favor dos sobreviventes do naufrágio do caique de pesca *Flor de Maria*.

Em Janeiro de 1911 foi concedido por empréstimo, à Comissão Municipal Republicana de Vila Rial de Santo António, o mobiliário da escola que em tempos fora mantida naquela vila pela respectiva junta local.

Outros pequenos subsídios foram distribuídos a marítimos necessitados, pela ocasião da celebração de 5 de Outubro. Distribuiram-se publicações da Liga a algumas escolas e bibliotecas que as solicitaram.

Colaboração com o Estado

O Conselho Geral nomeou delegados, conforme para isso lhe foi solicitado, para as comissões officiais encarregadas de estudar a nova hora official, de propor as alterações convenientes para o sinal horário do porto de Lisboa, e para estudar as bases da navegação para a Africa e para os Açores.

Igualmente se fez representar nas reuniões convocadas pelo Sr. Ministro da Justiça, Dr. Leote, para a revisão da legislação.

Museu Nacional de Marinha

A secção oceanográfica continuou a ser visitada com muito interesse por nacionais e forasteiros. Procedeu-se a uma completa reinstalação, precedendo a renovação dos líquidos conservadores, e começando o trabalho da catalogação que está muito adiantada. De todos estes serviços se tem desempenhado com a conhecida proficiência o naturalista Sr. Alberto Girard, conservador do museu.

Comité português para a unificação do direito comercial

A noticia da organização deste comité, que se mencionou no anterior relatório, foi recebida com aplauso pelos comités estrangeiros. Continuaram os estudos dos diversos assuntos, de tam grande importância, cometidos à apreciação do comité português.

Viagem de circumnavegação

A Liga Naval seguiu com toda a atenção esta notabilíssima viagem, realizada com tam brilhante êxito pelo cruzador *S. Gabriel*, sob o comando do capitão de fragata o Sr. António Pinto Basto, vogal do Conselho Geral. Tinha-lhe o Conselho Geral solicitado o obséquio de distribuir publicações da Liga pelas escolas portuguesas e por outras instituições congêneres nos portos estrangeiros onde o julgasse conveniente, o que foi realizado com a maior dedicação, cumprindo o Conselho Geral o dever de renovar-lhe aqui os seus agradecimentos a par das felicitações, em que foi acompanhado por todos quantos se interessam pelo engrandecimento da marinha nacional.

Expediente

A Liga Naval continuou a receber solicitações, a que deu o devido expediente, sobre diversos assuntos de serviços públicos relativos a questões de interesse marítimo.

Também de entidades congêneres estrangeiras recebeu pedidos de informação ou de estabelecimento de relações mútuas, convindo especificar a Liga Marítima Espanhola, de que é secretário o illustre publicista e official da armada espanola, D. Adolfo Navarrete, e o Garden Club de Londres.

Situação financeira

Sob esta rubrica foi exposta no anterior relatório a situação financeira da Liga Naval à data do mesmo relatório o que se resumia em ella não ter recebido os subsídios relativos ao ano económico de 1910-1911, nem para os seus serviços próprios nem para os do Museu Marí-

timo daí o ter de manter esses serviços à custa do seu fundo de reserva. Essa situação foi especialmente comunicada ao Ex.º Sr. Ministro da Marinha no extenso officio de 24 de Outubro de 1911, de que se junta cópia.

Mais tarde foi submetido à aprovação do Parlamento o projecto de Orçamento para o ano económico de 1911-1912, no qual não se encontrava designado qualquer subsídio à Liga Naval nem ao Museu. Entretanto, graças aos esforços de diversos membros das duas Câmaras, convencidos de que a Liga Naval é uma instituição semi-official cujos fins são exclusivamente patrióticos e do maior interesse para o desenvolvimento da vida nacional, conseguiu-se que nesse Orçamento fôsse inscrita a verba de 5 contos de réis como subsídio para a Liga Naval Portuguesa. A cada um desses illustres parlamentares já o Conselho Geral manifestou o agradecimento da Liga, e aqui o reitera.

Como, porém, o pagamento dos duodécimos vencidos daquela verba só começou a realizar-se já no corrente ano, daí resultou que a conta das receitas e despesas da Liga Naval no ano civil de 1911, a que o presente relatório se refere, se resume no seguinte:

Despesas	
Próprias do Conselho Geral	4:040\$195
Próprias do Museu Nacional de Marinha.	3:089\$000
	<hr/>
	7:129\$195
Receitas	
Recebido do Conselho Regional de Lisboa,	
juros, etc.	747\$385
Venda de publicações.	27\$480
	<hr/>
	774\$865
Diferença entre as despesas e as receitas	6:354\$330

Esta quantia, como se dizia no relatório anterior, foi tirada do fundo de reserva.

O documento junto mostra o movimento financeiro do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa no ano de 1911, convindo recordar que as despesas foram reduzidas ao mínimo, suprimindo-se, entre outras a da publicação do *Boletim*.

Saúde e Fraternidade. — Secretaria do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, 19 de Março de 1912. — Ex.º Sr. Contra-Almirante Manuel Lourenço Vasco de Carvalho, digníssimo director geral da marinha. — O segundo Vice-presidente, *Vicente Almeida d'Êça*.

Balanço geral em 31 de Dezembro de 1911

ACTIVO	
Companhias Reunidas Gaz e Electricidade	40\$000
Descontos por adiantamentos (pessoal da casa)	25\$000
Biblioteca	512\$680
Mobiliário	3:440\$520
Instalação da luz eléctrica	1:149\$990
Papéis de crédito	3:326\$705
Em caixa e em depósito	6:508\$625
	<hr/>
	15:003\$520
PASSIVO	
Fundo especial	19\$925
Fundo da Liga Naval:	
S/saldo em 31 de Dezembro de 1910 conforme o balanço anterior	21:337\$925
Menos: Excesso da despesa sobre a receita em 1911	6:354\$330
	<hr/>
	14:983\$595
	<hr/>
	15:003\$520

Lisboa, 19 de Março de 1912. — O Tesoureiro do Conselho Geral, *A. J. Gomes Neto Júnior*.

Está conforme. — 2.ª Repartição da Direcção Geral da Marinha, em 15 de Junho de 1912. — O Chefe, *José Dionisio Carneiro de Sousa e Faro*, capitão-tenente.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Caminhos de Ferro e Passoal

Por ter saído com inexactidão se publica novamente o seguinte despacho:

Maio 31

António Franco Frazão, engenheiro chefe de 1.ª classe da secção de obras públicas do corpo da engenharia civil — passado à situação de inactividade com vencimento de categoria.

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Maio 24

Sebastião de Arruda da Costa, escriptorário de 2.ª classe de obras públicas, em serviço na Direcção das Obras Públicas do distrito de Ponta Delgada — passado à situação de inactividade por doença.

Francisco José Pacheco, apontador de 1.ª classe, idem — idem.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado de 19 do corrente).

Junho 13

Estêvão Torres, engenheiro chefe de 2.ª classe da secção de obras públicas do corpo da engenharia civil — passado à situação de disponibilidade.

Alberto da Cunha Leão Filho, idem — idem.

(Visto do referido Conselho Superior, da mesma data).

Junho 20

António Guedes Infante Júnior, engenheiro chefe de 2.ª classe da secção de obras públicas do corpo da engenharia civil — autorizado a prescindir da licença de trinta dias que lhe fôra concedida por despacho de 22 do mês de Maio, e publicado no *Diário do Governo*, de 24 do mesmo mês.

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, em 21 de Junho de 1912. — O Director Geral, *Francisco da Silva Ribeiro*.

Repartição de Minas

1.ª Secção

Por ter saído com inexactidões novamente se publica o seguinte:

Tendo requerido a Companhia inglesa denominada The Vale do Milho Company, Limited, os direitos de descobrimento legal da mina de volfrâmio da Cabreira, situada na freguesia de Argozelo, concelho de Vimioso, distrito de Bragança;

Vistos os documentos que demonstram terem sido satisfeitos todos os preceitos dos artigos 22.º e 23.º do decreto com força de lei, de 30 de Setembro de 1892;

Visto o relatório do engenheiro que por ordem do Governo verificou a existência do depósito;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Manda o Governo da República Portuguesa:

1.º Que a requerente seja reconhecida como proprietária legal do descobrimento da mina de volfrâmio da Cabreira, situada na freguesia de Argozelo, concelho de Vimioso, distrito de Bragança, cuja posição topográfica vai designada na planta que, por cópia, acompanha a presente portaria;

2.º Que os limites da demarcação provisória da referida mina, notados na mesma planta pelos traços de cor vermelha, formando um hexágono irregular com a área de 48 hectares, 39 ares e 65 centiares, sejam determinados do modo seguinte:

Ponto C, comum à demarcação da mina de Vale de Milho;

Ponto E, a 375 metros do ponto C, da demarcação da mina do Vale do Milho medidos sobre o seu lado C D;

Ponto F é o extremo da perpendicular de 375 metros de comprimento tirada pelo ponto E à recta C E, e em direcção a nordeste;

Ponto G é o extremo da perpendicular de 895 metros de comprimento tirada pelo ponto E à recta E F e em direcção a sudoeste;

Ponto H é o extremo da perpendicular de 610 metros de comprimento tirada pelo ponto G à recta F G e em direcção a este;

Ponto I a 360 metros do ponto C, da demarcação da mina do Vale de Milho medidos sobre o seu lado C B. Toda a demarcação referida a um plano horizontal passando pelo ponto C.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do citado decreto são concedidos à requerente seis meses, contados da publicação deste titulo no *Diário do Governo*, para requererem a concessão, devendo mostrar que possui a quantia de 5:000\$000 réis, mínimo do capital necessário para a lavra deste jazigo, e bem assim a proposta de pessoa idónea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que aceita o encargo com todas as suas responsabilidades, juntando a escritura de sociedade, de acordo com o preceituado no mesmo artigo 33.º, na intelligência de que, não se habilitando nestes termos, dentro daquele prazo improrrogável, será anulado o presente diploma, ficando o campo livre para novos registos.

O que se lhes comunica para seu conhecimento e mais feitos.

Paços do Governo da República, em 1 de Junho de 1912. — O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos*. (A assinatura inutiliza estampilhas do imposto do selo do valor de 3\$610 réis).

Para a Companhia inglesa The Vale de Milho Company, Limited.

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição da Propriedade Industrial

1.ª Secção

Registo internacional de marcas

Recusa de protecção em Portugal de marcas registadas no Bureau International de Berne

Em conformidade do artigo 4.º do decreto de 1 de Março de 1901, e por despacho de 15 de Junho de 1912, foi recusada a protecção em Portugal à marca internacional n.º 11:068, por se confundir com a marca do registo internacional n.º 8:308.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 20 de Junho de 1912. — O Director Geral, *M. Correia de Melo*.